

Verão com Justiça realiza 55 audiências

31/07/2017 11:00

Projeto percorreu balneários do Estado nas férias de julho



Equipe dos Juizados Especiais e do sistema de Justiça durante o projeto em Salinas

Ameaça, lesão corporal, briga de vizinho, desacato e uso de substância entorpecente foram as principais transações penais conduzidas pelo projeto Verão com Justiça e Cidadania, da Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), durante o último final de semana das férias de julho, na praia do Atalaia, em Salinópolis. No total, foram realizadas 55 audiências pela unidade itinerante que percorreu os balneários do Estado, sendo dez arquivamentos, 29 diligências, um acordo extrajudicial e 15 transações penais, totalizando o valor de R\$ 11.948,50.

O valor arrecadado em transações penais foi revertido em benefícios de ações e projetos sociais das seguintes instituições: São Vicente de Paula, Projeto Gente Livre, Escola Vida do Corpo de Bombeiros, PMZITO da Polícia Militar, Pastoral da Criança da Igreja Católica e Ação Social da Assembleia de Deus.

Nos dias 22 e 23 passados, o projeto, destinado a prestações jurisdicionais e procedimentos criminais, realizou em Salinas 46 audiências, que resultaram em um total de 19 acordos penais, além de 6 orientações jurídicas. Os trabalhos foram coordenados na Comarca pelo juiz Antônio Carlos Souza Koury. Ainda participaram das atividades membros do Ministério Público do Estado (MPE), da Defensoria Pública do Estado e da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA).

O Verão com Justiça e Cidadania começou os trabalhos no primeiro final de semana de julho, 1 e 2, na praia Grande, do Distrito de Outeiro, em Belém, quando foi registrada uma ocorrência de desentendimento entre um homem e a uma mulher, além da realização de 20 audiências. No final de semana seguinte, nos dias 8 e 9, desembarcou na praça do Chapéu Virado, em Mosqueiro. O projeto realizou 21 audiências e 11 orientações jurídicas no distrito. No final de semana dos dias 15 e 16 de julho, o projeto seguiu para a praia de Ajuruteua, em Bragança, onde foram realizadas 20 audiências.

Além da prestação jurisdicional, que abrange a realização de procedimentos criminais, com realização de audiências de transação penal, de conciliação e de instrução e julgamento, conforme o caso, nas situações que dizem respeito às infrações penais de menor potencial ofensivo previstas na Lei 9.099/1995 (dos Juizados Especiais), o projeto proporciona ainda - tanto aos que se deslocam para os balneários, quanto os que lá residem - a oportunidade do exercício da cidadania com a orientação jurídica.

Os atendimentos da unidade itinerante (ônibus com estrutura de gabinete, sala de audiência e atendimento) foram realizados das 10h às 17h, com o objetivo de buscar a pacificação social e a inibição da prática de infrações penais de menor potencial ofensivo. O projeto é de autoria da Coordenadoria dos Juizados Especiais, que tem à frente a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos.

A apreciação dos casos é realizada por meio de procedimentos ágeis, que após os atos de competência da Polícia Civil, são imediatamente encaminhados ao Judiciário, que por sua vez faz o processamento e julgamento das questões de acordo com a lei nº 9.099/95 (dos Juizados Especiais).

Fonte: Coordenadoria de Imprensa

Texto: Will Montenegro

Foto: null / TJPA / Mário Azevedo